

Superfaturamento na Saúde do DF

Tribunal de Contas da União constata prejuízo de R\$ 1,4 milhão durante compra de medicamentos entre 2000 e 2002

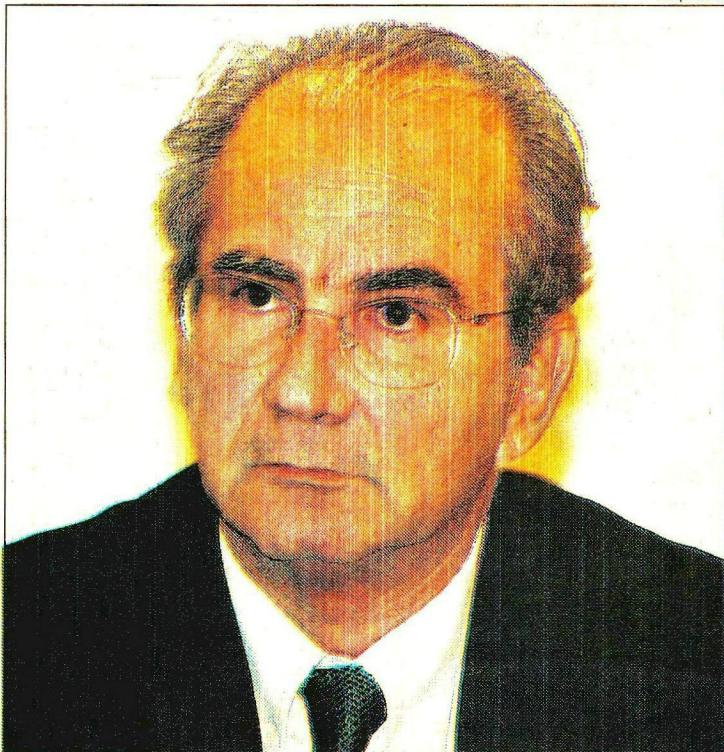
SÉRGIO PARDELLAS

O Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que houve superfaturamento da ordem de R\$ 1,4 milhão durante o processo de aquisição de medicamentos pela Secretaria de Saúde entre os exercícios de 2000 e 2002. Em voto proferido ontem, o relator do processo, ministro Adylson Motta, convocou 14 servidores do GDF para que apresentem as alegações de defesa sob pena dearem de ressarcir os cofres públicos. Entre os responsáveis, conforme o relatório do TCU, estariam os ex-secretários de Saúde Aluísio Toscano e Jofran Frejat – que ocupou o cargo durante dois mandatos do governador

Joaquim Roriz – entre os anos de 1991 a 1995 e 1998 a 2002 e Paulo Afonso Kalume Reis, ex-diretor da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Auditores do TCU contestam compra de remédios por vales

Em auditoria realizada na Secretaria de Saúde, o TCU identificou irregularidades como indícios de favorecimento a fornecedores de medicamentos, deficiências na instrução de processo de compra de remédios, ausência de comprovação de liquidação de despesas e não formalização de instrumentos de contratos. O prejuízo ao Erário foi verificado, pelo corpo técnico do tribunal, durante compras de grandes somas de medicamentos sem licitação, o que contraria o artigo



Arquivo JB

Ex-secretário de Saúde, Jofran Frejat, terá de dar explicações ao TCU

37 da Constituição Federal e a Lei de Licitações. As inspeções foram iniciadas no último ano a partir de uma representação do Conselho Regional de Farmácia.

O relatório do TCU contesta uma prática recorrente utilizada pela secretaria para driblar a licitação: a aquisição de remédios por vales. Segundo o documento produzido pela equipe técnica daquela corte, "chamou a atenção o aumento significativo dos casos de dispensa de licitação" ocorrida no período investigados. A cada exercício financeiro – diz o relatório – a regra, que é a licitação, deu lugar à exceção, nas modalidades de dispensa de

processo licitatório.

Um levantamento em notas de empenho constatou que duas empresas, a Unicom Produtos Hospitalares Ltda e a Hospfar Indústria e Comércio, chegaram a receber entre 2000 e 2002 cerca de R\$ 15 milhões, valores considerados discrepantes se comparados às de mais empresas contratadas pela secretaria.

Relatório do TCU aponta que empresas teriam sido favorecidas

Procurado pelo JB, o porta-voz do GDF, Paulo Fona, disse que "as licitações estão ocorrendo regularmente na atual gestão e que as autoridades citadas vão apresentar suas razões no momento adequado".

pardellas@jb.com.br